

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DAS METAS 13 e 14

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

alda01@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A pós-graduação no Brasil foi instituída com a criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) pelo Decreto nº 29.74/1951. No entanto, a sua expansão e consolidação só ocorreu no período da ditadura militar brasileira (1964-1985) com a aprovação, do Parecer nº 977 de 1965, conhecido pela denominação de “Parecer Sucupira”. A partir daí e com base nas necessidades imediatas da pós-graduação brasileira, a CAPES ganha novas atribuições e meios orçamentários para intervir de maneira mais efetiva na qualificação dos profissionais de pós-graduação brasileiros em universidades públicas (BRASIL, 2010), passando a elaborar os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG).

O primeiro e o segundo Planos foram elaborados durante a ditadura militar (1964-1985) e atendiam ao projeto de modernização do país. O I PNPG (1975-1979) tinha entre seus objetivos, institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; com destaque era a ampliação da formação docente em nível superior. O II PNPG (1982-1985) destacava a necessidade de se primar pela qualidade da pós-graduação, sendo necessários, para isso, a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação.

O III PNPG (1986-1989) trouxe como novidade o objetivo de “institucionalização da pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e sua integração no sistema nacional de ciência e tecnologia” (MANCEBO, 2008, p. 174), para atender esses objetivos foi preciso privilegiar a formação docente bem como qualificar o sistema de pós-graduação. O IV PNPG seria elaborado para o período de vigência de 1998 a 2002, mas não chegou a contribuir significativamente com a pós-graduação nacional, tanto que o documento que o consolidou, passou despercebido ou esquecido pelos próprios participantes do processo.

O V PNPG (2005-2010) caracteriza-se pela introdução do princípio de indução estratégica nas atividades da pós-graduação, associadas às fundações estaduais e os fundos setoriais. Enfatiza a emergência de se estabelecer uma relação sólida entre a área acadêmica e o setor produtivo do país. O sexto PNPG é elaborado para o período de 2011 a 2020 e incorpora a discussão de “inovação” como um novo paradigma a ser priorizado, e deverá promover a integração do ensino pós-graduado com o setor empresarial e a sociedade civil, caracterizando um modelo denominado de “tríplice hélice”. Segundo o documento “Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2010, p. 19).

Paralelamente ao PNPG foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2014 a 2024, em outras instâncias do MEC e de órgãos do governo, exigindo a coordenação de propostas e de atividades. Pela primeira vez, um Plano Nacional de Educação contemplará as propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação, incluindo o PNPG como parte integrante do PNE.

ARTICULAÇÃO DO PNPG COM O PNE: AS METAS DE EXPANSÃO E QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO

O Plano Nacional de Educação aprovado e instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz as diretrizes, para a política educacional dos próximos 10 anos e contém 20 metas que englobam toda o sistema educacional. As Metas 13 e 14 referem-se à pós-graduação. A Meta 13 prevê “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”. E a Meta 14 prevê “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”.

O diagnóstico realizado pelo PNPG em 2010, apresentava a seguinte configuração para o Sistema Nacional de Pós-graduação (dados de 2009); 2.719 programas em atividade responsáveis por 4.101 cursos, sendo: 2.436 de mestrado

(59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%). Havia 57.270 docentes e 161.117 estudantes matriculados ao final de 2009, sendo destes 103.194 alunos de mestrado e mestrado profissional e 57.923 alunos de doutorado. No capítulo 4 intitulado “Projeções de crescimento da Pós-graduação brasileira” (2010-2014) apresenta as seguintes análises: a) no cômputo geral a pós-graduação brasileira cresceu 16% do valor de 2011 para 2013; b) os cursos de doutorado, devem crescer nos próximos três anos, aproximadamente 16%; os cursos de mestrado tiveram um aumento em três anos de 14%, ficando o destaque para os mestrados profissionais que no período de anos cresceram 35%.

As matrículas no doutorado no período de 2011 a 2013 cresceram 23%; os mestrados 11% e os mestrados profissionais em torno de 30%. Quanto aos alunos titulados no doutorado e no mestrado, a tendência de crescimento nos dois níveis em quatro anos, será aproximadamente de 16%, os mestrados profissionais no mesmo período crescerão 25% do valor de 2010 a 2013. No mestrado esses crescerão apenas 4% no período de 04 anos. Docentes com doutorado a previsão é de 17% no mesmo período, o que indica que o crescimento é muito favorável à consecução da Meta.

Comprovando o prognóstico do PNGN, o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2018) evidencia que no ano de 2015 o indicador 13A “Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior” já tinha atingido 75,4% em 2015 e em 2016 atingiu a 77,5%, portanto esse indicador já foi atingido em 2015. Quanto ao Indicador 13B: “Percentual de docentes com doutorado na educação superior” em 2014 o percentual atingiu 35,5% e continuou crescendo chegando em 2016 com 39,8%. Portanto, a Meta nacional estabelecida pelo PNE, foi superada no ano de 2014.

Quanto aos Indicadores da Meta 14 (14A) “Títulos de mestrado concedidos por ano no País”, o PNE estabelece a titulação anual de 60.000 e o Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País seria de 25.000 doutores. Ambos os indicadores apresentam uma evolução constante. Em 2016, segundo dados do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento (2018), no caso do mestrado, em 2016, o número de títulos encontrava-se muito próximo de atingir a meta, 59,6%. Quanto ao indicador 14B “Títulos de doutorado concedidos por ano no País” a previsão era de 25.000, e no ano

de 2016 o percentual era de 20,6% portanto era o único indicador que ainda não tinha sido atingido, mas até 2024 essa Meta deverá não só ser atingida, mas superada.

Pode-se inferir que as Metas do Plano Nacional de Educação (2014 -2024) no que se referem à Pós-graduação, deverão ser atingidas na sua totalidade. Dois problemas se mantêm para garantir o crescimento do sistema com equidade e qualidade: o combate às assimetrias regionais e a qualidade dos cursos e programas de Pós-graduação. Entende-se que o principal problema das Metas 13 e 14 estariam na análise dos dados desagregados, expondo um problema recorrente da situação brasileira que é a assimetria regional, que mostra uma distribuição desigual da titulação de mestres e doutores nas diversas regiões no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. PNPG 2011 -2020. Brasília, DF: 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acessado em 30 de agosto de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1975). **I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979** e **II Plano Nacional de Pós-Graduação: 1982- 1985**. Brasília: MEC/SESU/CAPES, (1982).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016. E Relatório do 2º Ciclo de MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/- document/id/626732>. Acesso em 22 out. 2017.

MANCEBO, Deise. Reflexões sobre a pós-graduação no Brasil: novos rumos e pragmatismo como fundamento. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). Educação superior no Brasil e diversidade regional. Belém: Editora da UFPA, 2008.